

# **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

**PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2025**

**Elaborado conforme instruções contidas na Portaria STN nº 699, de 7 de julho de 2023  
alterada pela Portaria STN nº 989, de 14 de junho de 2024**

**EXERCÍCIO DE 2025**

**PORTARIA Nº 126/25 - SEPLAN  
DE 27 DE MAIO DE 2025**

**PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 27.05.2025, edição 095 - suplemento**

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2025

- I - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL  
DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIO
- II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
- III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
- IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- VI- DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2025 - PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	930.211.816,67	1.885.312.775,62	888.353.717,32	832.831.811,21	716.825.705,65	914.431.942,84	531.029.342,55	1.677.519.987,31	792.038.003,21	844.484.633,50	864.991.723,72	832.461.086,81	11.710.492.546,41	49.559.351,55
Pessoal Ativo	678.851.568,84	1.508.522.731,55	625.764.533,18	573.452.871,69	526.286.663,08	601.629.208,89	396.149.808,07	1.132.601.717,72	529.199.963,00	564.355.589,40	592.027.888,89	605.441.196,51	8.334.283.740,82	49.559.351,55
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	571.707.273,14	1.432.257.058,62	535.297.642,93	495.309.884,20	430.257.457,65	511.343.871,48	368.809.411,53	913.475.472,69	475.316.803,39	498.481.714,28	526.746.746,23	496.023.127,86	7.255.026.464,00	537.515,82
Obrigações Patronais	107.144.295,70	76.265.672,93	90.466.890,25	78.142.987,49	96.029.205,43	90.285.337,41	27.340.396,54	219.126.245,03	53.883.159,61	65.873.875,12	65.281.142,66	109.418.068,65	1.079.257.276,82	49.021.835,73
Pessoal Inativo e Pensionistas	251.360.247,83	376.790.044,07	262.589.184,14	259.378.939,52	190.539.042,57	312.802.733,95	134.879.534,48	544.918.269,59	262.838.040,21	280.129.044,10	272.963.834,83	227.019.890,30	3.376.208.805,59	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	201.263.257,40	301.736.657,12	210.906.654,93	208.035.751,34	165.010.643,47	234.572.771,18	108.737.842,69	440.057.845,76	211.699.003,95	225.374.611,75	219.429.410,18	173.780.419,68	2.700.604.869,45	0,00
Pensões	50.096.990,43	75.053.386,95	51.682.529,21	51.343.188,18	25.528.399,10	78.229.962,77	26.141.691,79	104.860.423,83	51.139.036,26	54.754.432,35	53.534.424,65	53.239.470,62	675.603.936,14	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	112.985.676,20	869.987.645,90	138.619.315,85	115.435.526,46	96.463.594,38	101.822.734,13	110.446.426,10	279.197.738,92	25.391.593,66	126.679.112,78	189.898.553,86	126.316.500,65	2.293.244.418,89	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	140.721,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.721,19	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	3.933,30	784.179.367,16	27.264.459,11	14.698.271,01	8.222.460,25	5.078.084,72	6.843.894,69	5.430.945,02	3.363,74	3.363,74	3.644.583,79	3.724.858,69	859.097.585,22	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	825.156,86	2.147.731,55	1.794.607,62	552.667,99	1.247.641,00	458.340,03	4.797.270,74	2.279.876,75	433.575,18	1.029.425,05	879.095,80	777.442,97	17.222.831,54	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	112.015.864,85	83.660.547,19	109.560.249,12	100.184.587,46	86.936.124,67	96.167.328,64	98.797.517,22	271.471.182,81	24.954.654,74	125.646.323,99	185.374.874,27	121.810.927,73	1.416.580.182,69	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às endemias com Recursos Vinculados (CF, Art.198, § 11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	57.368,46	118.980,74	7.743,45	15.734,34	0,00	0,00	0,00	3.271,26	203.098,25	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>817.226.140,47</b>	<b>1.015.325.129,72</b>	<b>749.734.401,47</b>	<b>717.396.284,75</b>	<b>620.362.111,27</b>	<b>812.609.208,71</b>	<b>420.582.916,45</b>	<b>1.398.322.248,39</b>	<b>766.646.409,55</b>	<b>717.805.520,72</b>	<b>675.093.169,86</b>	<b>706.144.586,16</b>	<b>9.417.248.127,52</b>	<b>49.559.351,55</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	28.593.042.652,44	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	56.238.581,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	9.600.190,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	28.527.203.881,44	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	9.466.807.479,07	33,19
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.978.329.901,91	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.279.413.406,81	46,55
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.580.496.911,72	44,10

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 22/05/2025; 17h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

As despesas realizadas com Ajuda de Custo - natureza de despesa 3.1.9.0.16.0.1, no valor de R\$ 167.251,38 (set. R\$ 41.403,37; out. R\$ 43.766,96; nov. R\$ 46.724,23; dez. R\$ 35.356,82) foram desconsideradas do cálculo da despesa bruta com pessoal, conforme orientação do MDF 14ª edição, publicada em 05/12/2024, pág. 439;

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO BRASIL CENTRAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2025 - PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	54.572,44	62.415,44	57.852,47	65.262,46	20.277,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.380,51	188.082,03
Pessoal Ativo	54.572,44	62.415,44	57.852,47	65.262,46	20.277,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.380,51	188.082,03
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.553,36	52.205,93	46.140,27	53.756,77	8.858,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.514,69	188.082,03
Obrigações Patronais	10.019,08	10.209,51	11.712,20	11.505,69	11.419,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.865,82	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>54.572,44</b>	<b>62.415,44</b>	<b>57.852,47</b>	<b>65.262,46</b>	<b>20.277,70</b>	<b>0,00</b>	<b>260.380,51</b>	<b>188.082,03</b>						

FONTE: Fênix Softwares - BRC - CONS.INTER.DESENVOLV. BRASIL CENTRAL; 22/05/2025; 17h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Os documentos de que trata o art. 14 da Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016 do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC, consórcio formado sob a forma de autarquia da qual este ente federativo é consorciado estão disponíveis no portal <http://brasilcentral.gov.br/aceso-a-informacao-2/receitas-e-despesas/>

Até a publicação deste anexo, o Consórcio Brasil Central não havia publicado os demonstrativos referentes aos meses de outubro a dezembro de 2024 e janeiro a abril de 2025- consulta em 22/05/2025

Tabela 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2025- PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Em reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.893.676.264,29	5.088.394.337,04	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.802.037.003,22	3.677.144.874,92	0,00	0,00
Empréstimos	2.784.519.403,73	3.677.144.874,92	0,00	0,00
Internos	2.553.274.775,99	3.445.900.247,18	0,00	0,00
Externos	231.244.627,74	231.244.627,74	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.017.517.599,49	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	2.091.639.261,07	1.411.249.462,12	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.000.320.418,93	6.986.409.654,33	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa¹	4.999.491.190,33	6.985.580.425,73	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.938.236.621,75	8.695.290.865,13	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	427.994.235,75	261.069.708,60	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.510.751.195,67	1.448.640.730,80	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	829.228,60	829.228,60	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA¹ (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>893.355.845,36</b>	<b>-1.898.015.317,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.586.751.705,73	28.593.042.652,44	0,00	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	56.088.581,00	56.238.581,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	29.530.663.124,73	28.536.804.071,44	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA(I/VI)	19,96	17,83	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	3,03	-6,65	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	59.061.326.249,46	57.073.608.142,88	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	53.155.193.624,51	51.366.247.328,59	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	14.522.741,94	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) <sup>2</sup>	69.052,44	665.986.052,21	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	57.350.922.397,52	57.350.922.397,52	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00			
RP NÃO-PROCESSADOS	703.751.927,40	340.882.682,45	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 22/05/2025; 17h

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos"

NOTAS:

A linha "Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios" compreende o total do saldo remanescente das Dívidas oriundas das leis 8.727 e 9.496.

De acordo com o MDF, página 494, "o valor bruto da disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, representada pelo somatório de Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata. As disponibilidades de caixa do RPPS não devem ser incluídas neste item, uma vez que as dívidas e os haveres do RPPS não são considerados no cálculo da DCL".

Em "Demais haveres financeiros", não constam os demais haveres financeiros do RPPS. Não deverão ser incluídos nesta linha visto que o passivo atuarial não integra a dívida consolidada, conforme orientação do MDF página 107.

A linha "Disponibilidade de Caixa Bruta" possui recursos extra-orçamentários mas exclui as Disponibilidades do RPPS.

O saldo da linha Empréstimos Internos foi desmembrado para que o saldo da linha Reestruturação da Dívida dos Estados pudesse ser destacada. O valor das duas linhas está de acordo com o Saldo da MSC de dezembro.

O saldo da linha Precatórios Anteriores a 05/05/2000, em Outros Valores Não Integrantes da DC foi deslocado para a linha Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) vencidos e não pagos para fins de ajuste. Não houve alteração no saldo, o valor está de acordo com o Saldo da MSC de dezembro.

Tabela 2.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>			<Exercício do terceiro período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>			<Terceiro período seguinte>		
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(i)	(j) = (i-a)	(k) = (a)	(l)

Tabela 2.2

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO												
Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente <sup>2</sup>	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	210,00%	10,00%	10,00%	186,00%	209,00%	227,00%	207,00%	202,00%	222,00%	206,00%	199,00%	174,00%
% Limite de Endividamento												
Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	155,00%	129,00%	118,00%	118,13%	111,45%	115,24%	95,36%	86,61%	91,42%	73,17%	70,52%	74,97%
% Limite de Endividamento									45,71%			37,48%
Exercício Financeiro	2009			2010			2011			2012		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	78,44%	60,34%	68,72%	60,32%	61,42%	64,55%	32,68%	30,78%	39,16%	32,68%	30,78%	41,12%
% Limite de Endividamento			34,36%			32,28%			23,70%			20,56%
Exercício Financeiro	2013			2014			2015			2016		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	29,00%	30,28%	38,21%	28,85%	32,30%	51,68%	47,18%	39,10%	43,70%	47,18%	39,10%	43,70%
% Limite de Endividamento			19,10%			25,84%			30,08%			21,85%

Exercício Financeiro	2017			2018			2019			2020		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º									
% da DCL sobre a RCL	33,16%	35,42%	43,77%	45,72%	46,90%	53,74%	41,22%	41,41%	44,56%	33,78%	29,85%	36,61%
% Limite de Endividamento	21,89%			26,87%			22,28%			20,89%		

Exercício Financeiro	2021			2022			2023			2024		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	41,79%	29,85%	36,61%	35,52%	32,29%	41,16%	32,54%	20,26%	19,20%	-1,25%	3,22%	3,03%
% Limite de Endividamento	18,30%			20,58%			1,51%			1,51%		

Exercício Financeiro	2025			2026			2027			2028		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º									
% da DCL sobre a RCL	41,79%											
% Limite de Endividamento	18,30%											

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 22/05/2025; 17h

<sup>2</sup> O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

NOTA:

Tabela 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2025 - 1º QUADRIMESTRE

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025			Em reais
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
		AOS ESTADOS (I)	931.410.000,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	931.410.000,00	0,00	0,00	0,00	
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>931.410.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	29.586.751.705,73	28.593.042.652,44	0,00	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	56.088.581,00	56.238.581,00	0,00	0,00	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)</b>	<b>29.530.663.124,73</b>	<b>28.536.804.071,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	3,15%	0,00%	0,00%	0,00%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	6.496.745.887,44	6.278.096.895,72	-	-	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.847.071.298,70	5.650.287.206,15	-	-	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 22/05/2025; 17h

NOTA:

Tabela 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2025 - PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Em reais

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>APURACÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u></b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	28.593.042.652,44	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	56.238.581,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	28.536.804.071,44	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.565.888.651,43	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	4.109.299.786,29	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.997.576.285,00	7,00%

<b><u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u></b>	<b>VALOR REALIZADO</b>	
	<b>No Quadrimestre de Referência</b>	<b>Até o Quadrimestre de Referência (a)</b>
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável: SEPLAN; 22/05/2025, 16h.

1 Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em [conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip](http://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip), essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA:

**Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2025

LRF, art. 48 - Anexo VII		Em reais
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>VALOR ATÉ O BIMESTRE</b>
Receita Corrente Líquida		28.593.042.652,44
Receita Corrente Líquida - Ajustada para os Cálculos de Endividamento		28.536.804.071,44
Receita Corrente Líquida - Ajustada para os Cálculos dos Limites da Despesa com Pessoal		28.527.203.881,44
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		<b>VALOR</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.466.807.479,07	33,19
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49%>	13.978.329.901,91	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>	13.279.413.406,81	46,55
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <46,55%>	12.580.496.911,72	44,10
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		<b>VALOR</b>
Dívida Consolidada Líquida	-1.898.015.317,29	-6,65
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	57.073.608.142,88	200,00
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>		<b>VALOR</b>
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.278.096.895,72	22,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>VALOR</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.565.888.651,43	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.997.576.285,00	7,00%
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	0,00

FONTE: SIGEF - SEPLAN; 22/05/2025; 17h